

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 31 – 14 de maio de 2012

PJe-JT

TRT-2 instala o PJe-JT nesta segunda-feira, dia 14



O TRT da 2ª Região (SP) instala, nesta segunda-feira, dia 14 de maio, o módulo de 2º grau do PJe-JT. A distribuição do primeiro recurso a tramitar eletronicamente será

realizada às 17h, no edifício-sede do Regional, considerado o maior TRT do Brasil em termos de volume processual.

Os primeiros processos eletrônicos encaminhados ao Tribunal paulista serão oriundos da Vara do Trabalho de Arujá, que instalou o módulo de 1º grau em fevereiro. Os recursos serão avaliados pela 2ª Turma, cujos desembargadores foram capacitados para lidar com a nova ferramenta.

Na medida em que o sistema for expandido, a expectativa é que haja uma drástica redução no tempo de tramitação dos processos. Em 2011, o prazo médio na 2ª Região, entre a ação inicial e o fim do processo em fase de conhecimento, foi de 337 dias. Toda semana, os desembargadores recebem cerca de 2.700 novos processos físicos. Com o PJe-JT, a distribuição dos recursos será automática e não haverá mais a necessidade do grande tráfego de volumes em autos de papel pelas turmas e gabinetes, com enorme ganho de tempo e de trabalho. O módulo de 2º grau permite ainda o julgamento em lote de processos semelhantes e repetitivos, o que conferirá mais agilidade na solução dos feitos.

A ferramenta também trará outros ganhos. “O PJe significa extraordinária redução de gastos públicos porque, com a eliminação de autos físicos, não haverá a necessidade de um consumo tão acentuado de papel, nós teremos redução de gastos em material, prédios que não precisarão ser dotados de uma área construída tão expressiva, redução de gastos com armários, alugueis, transportes etc.”, afirma o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Cronograma - O TRT-2 é o terceiro a instalar o PJe-JT em 2º grau. Até o fim do ano, todos os Regionais estarão utilizando o sistema nos dois graus de jurisdição. [Acesse o cronograma aqui](#). A partir da primeira implantação, os Regionais deverão expandir o PJe-JT para pelo menos 10% das Varas do Trabalho de suas jurisdições em 2012.

Esta semana, coordenadores regionais de implantação dos 24 TRTs participarão, em Brasília, de reunião para discutir planos operacionais. Além disso, será apresen-

Notícias

Trabalho Seguro realiza ato nas obras do Estádio Itaquerão, em São Paulo, hoje, dia 14

Com a presença do jogador Roberto Rivelino, titular da seleção brasileira tricampeã mundial de futebol em 1970, no México, foi realizado nesta segunda, dia 14, ato pelo Trabalho Seguro no canteiro de obras da Arena Corinthians, em São Paulo (SP), também conhecido por Itaquerão. Esse será o quarto ato público dos 12 que integram as atividades do **Programa Trabalho Seguro**, lançado pelo TST e CSJT em maio de 2011, durante as comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho.



Obras no Estádio Arena Corinthians prosseguem durante a noite

Foto noturna: Nacho Doce/Reuters

Participam do ato público o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, o presidente do TRT da 2ª Região, desembargador Nelson Nazar, e representantes de entidades como o Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, do SESI, e da FIESP, além de sindicatos do setor. Os atos públicos do programa Trabalho Seguro vêm sendo realizados nos estádios que sediarão jogos da Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de alertar patrões, trabalhadores e a população para a necessidade da prevenção de acidentes, principalmente na construção civil, setor que tem os maiores índices de acidentes fatais no país.

Estão sendo esperados cerca de dois mil operários da empresa Odebrecht, responsável pela construção, que deve ser entregue à cidade de São Paulo em dezembro do ano que vem. A programação inclui vídeos sobre prevenção de acidentes de trabalho, distribuição de kits contendo camiseta, boné e cartilhas educativas. O ponto alto será o sorteio de camisas da seleção brasileira autografadas por Rivelino, atleta que despontou quando jogava com a camisa do Corinthians.

Cerca de 20% dos processos julgados anualmente pelo TST têm pedidos de indenizações decorrentes de doenças ocupacionais ou acidentes de trabalho. O ministro Dalazen pediu aos magistrados que estabeleçam prioridade no julgamento dos processos que tramitam nos estados. Para ele, a redução no número de acidentes depende do engajamento de toda a sociedade, mas principalmente de empregados e empregadores. Durante os atos nos estádios de futebol, ele alerta para a necessidade da utilização de equipamentos de segurança. “Quase todos os acidentes do trabalho são evitáveis”, afirma.

Veja [aqui matéria](#) sobre o ato público no Estádio Arena Pantanal, em Cuiabá, dia 7 de maio.

(Rafaela Alvim e Marta Crisóstomo/TST)

Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho também tem seu “Programa Trabalho Seguro”



“Não haveria como cerrar forças na educação para a prevenção de acidentes se não pudéssemos dar o exemplo e implementar as medidas necessárias e concretas para os próprios trabalhadores internos. ‘Palavras comovem mas exemplos arrastam’, ensina a sabedoria chinesa.” Foi o que ressaltou o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, aos magistrados reunidos durante o XVI Conamat, em João Pessoa-PB, dia 1º de maio passado.

O presidente do TST lembrou a aprovação, pelo Conselho, da **Resolução 84**, de agosto de 2011, que dispõe sobre a “promoção da saúde e de prevenção de riscos e doenças, bem como regulamenta os procedimentos relacionados à ocorrência de acidentes em serviço no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus”- uma iniciativa inédita no Judiciário brasileiro. A **Resolução 96 do CSJT**, que institucionaliza **Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho**, é de março de 2012.

tada a versão mais moderna do sistema e haverá troca de experiência entre os representantes de Tribunais que já contam com o PJe-JT.

(Patrícia Resende/CSJT)

Gestão da JT



Meta 2 estabelece critérios para julgamento de processos antigos

A Meta 2 de 2012, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), abrange todos os segmentos do Poder Judiciário e determina aos tribunais trabalhistas de todo o país julgar, até 31 de dezembro de 2012, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008.

Segundo o CNJ, desde o início do nívelamento das metas do Poder Judiciário, em 2009, a determinação para que os tribunais identificassem e julgassem processos judiciais mais antigos vem servindo para acabar com o estoque de processos causadores de altas taxas de congestionamento nas cortes de Justiça. Dados da entidade mostram que, a cada ano, os números diminuem e o Poder Judiciário passa a se alinhar com o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros que estabelece a duração razoável do processo.

Em 2009, a Justiça do Trabalho conseguiu atingir 93% da meta de julgar processos antigos. Em 2010, 72%. No ano de 2011 não houve esta meta. “Em 2012, a expectativa é de que a Justiça do Trabalho tenha um resultado positivo”, afirma Cláudio Oliveira, assessor-chefe de planejamento e gestão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. “O CSJT está acompanhando o desempenho de cada Tribunal. Em março, fizemos um diagnóstico junto aos TRTs e detectamos que muitos Regionais já cumpriram a meta”, assinala. Veja aqui as [Metas de 2012](#) estabelecidas para todo o Judiciário e para a Justiça do Trabalho.

(Noemia Colonna/CSJT)

Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 31 – 14 de maio de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br



Para concretizar as diretrizes relativas à saúde, prevenção de riscos e procedimentos quanto a acidentes em serviço na Justiça do Trabalho, o CSJT aprovou metas para os dois próximos anos, que obrigam a implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), progressivamente, até que sejam atingidas 100% das unidades em 2013. “Como se vê, uma política judiciária clara, precursora e permanente para promover a saúde e a prevenção de riscos e doença de servidores e magistrados”, salientou o ministro.

Ele lembrou ainda que, além do público interno permanente - servidores e magistrados -, os trabalhadores terceirizados também foram contemplados. A [Resolução 98](#) obriga a capacitação dos terceirizados na prevenção de acidentes, em todos os contratos administrativos de mão de obra na Justiça do Trabalho.

(Marta Crisóstomo/TST)

CSJT institui Comissão Nacional sobre Trabalho Infantil

Considerando o potencial que a Justiça do Trabalho tem para contribuir com a erradicação do trabalho infantil, a presidência CSJT, mediante o [Ato nº 99](#), instituiu a Comissão Nacional sobre Trabalho Infantil. A comissão, formada por um coordenador nacional e cinco juízes, um de cada região do país, tem por objetivo elaborar estudos e apresentar propostas de ações, projetos e medidas a serem desenvolvidos pela Justiça do Trabalho em prol da erradicação do trabalho praticado por crianças no Brasil.

O grupo terá 30 dias para apresentar as propostas, que poderão resultar em projetos de lei, seminários e boas práticas. “Nosso objetivo é que a Justiça do Trabalho assuma cada vez mais a competência de julgar todas as relações de trabalho, o que inclui aquelas envolvendo crianças e adolescente, conforme a [Emenda Constitucional 45/2004](#)”, afirma o juiz auxiliar da presidência do TST Marcos Fava, coordenador do grupo. A primeira reunião de trabalho está marcada para 16/05, às 10h.

(Patrícia Resende/CSJT e Marta Crisóstomo/TST)

Vídeos do Seminário sobre Liberdade Sindical se encontram na Internet

A gravação em vídeo da íntegra do Seminário sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil está à disposição no [canal do TST no Youtube](#). Com isso, os interessados poderão ter acesso aos painéis e debates dos três dias do evento, ocorrido entre 25 e 27 de abril. O Seminário, que teve a participação de especialistas nacionais e internacionais, foi organizado pelo TST, com o apoio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

(Augusto Fontenele/TST)

Liberados recursos para modernização de instalações da JT

A presidência do CSJT autorizou, dia 30 de abril, a primeira descentralização, em 2012, de recursos para o Projeto “Modernização de instalações físicas da Justiça do Trabalho”. Os recursos deverão ser utilizados para reformas, ampliação e adaptações, de modo a propiciar conforto e funcionalidade, assim como facilitar o acesso a portadores de necessidades especiais. Além disso, serão usados para aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades. Essa primeira descentralização atinge o montante de R\$ 23.500.000,00 e contemplará 217 projetos prioritários apontados pelos TRTs.

(Patrícia Resende/CSJT)



Sustentabilidade na JT



RIO+20
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Justiça do Trabalho deverá participar da Rio+20

A Justiça do Trabalho, por meio do TST e do CSJT, deverá participar da [Conferência Rio+20](#), a [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável](#), a Rio+20. O encontro dos estados-membros da ONU debaterá a implementação de três pilares: sustentabilidade, meio ambiente equilibrado e economia verde.

Uma equipe está sendo formada para estar no encontro de 13 e 24 de junho, período da pré-convenção, da convenção e durante a abertura para visitação pública, para expor as experiências da Justiça do Trabalho nesses três assuntos. A expectativa dos organizadores é de passarem pelo local cerca de 50 mil pessoas, entre visitantes, trabalhadores da convenção e pessoal da imprensa.

(Marta Crisóstomo/TST)